

DOCUMENTO ORIENTADOR



CONFERÊNCIA ESTADUAL DE **GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE DA BAHIA**

JERÔNIMO RODRIGUES

Governador

GERALDO JÚNIOR

Vice-Governador

ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA

Secretária da Saúde do Estado da Bahia

MARCOS ANTONIO GÊMEOS ALMEIDA SAMPAIO

Presidente do Conselho Estadual de Saúde

PAULO JOSÉ BARROS BARBOSA

Subsecretário da Saúde do Estado da Bahia

CÍCERO DE ANDRADE ROCHA FILHO

Chefe de Gabinete

JANAÍNA PERALTA DE SOUZA

Superintendente de Recursos Humanos

ZIRLENE DOS SANTOS MATOS REBOUÇAS

Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde

COMISSÃO DE RELATORIA

MARIA APARECIDA ARAÚJO FIGUEIREDO

Coordenadora

Universidade do Estado da Bahia

CARLA SARTORI

Conselho Estadual de Saúde

IVANILDA SOUZA DE BRITO

Conselho Estadual de Saúde

VICTOR MAIA DE MENESES BARBOSA

Conselho Estadual de Saúde

CLÁUDIA FELL

Secretaria de Saúde do Estado da Bahia/SESAB

MARIA TEREZA MAGALHÃES MORAIS

Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

CAIQUE MOURA COSTA

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

IÊDA MARIA F. SANTOS

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

RESIDENTES

ADRIANE SILVIA COSTA

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

BRUNO FELIPE FERREIRA LOPES

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

CAROLINA PEREIRA DE JESUS PIANCÓ

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

ELIENE FERREIRA DE SOUSA

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

EMILIANE SILVA SANTANA

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

JÚLIA MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA

Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

KAIO MARCEL DE SOUZA HENRIQUES

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

KÉTINAN GOMES SILVA

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

LARISSA SAMPAIO CARVALHO

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

LAUDELINA ALVES DE OLIVEIRA

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

LORENA DE CARVALHO DOS SANTOS

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

LUNA BOAVENTURA DA SILVA

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

MAIARA MUNIZ NERES

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

MARIANA FIGUEIREDO ARAÚJO DE ASSIS

Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

PAULA CRISTINA TORRES DE SOUSA

Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

RAISA REBECA DA SILVA BATISTA

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

VICTÓRIA PAMPONET SOUZA VIEIRA

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

WALESKA CARDOSO LIMA DE SOUZA

Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

YRIS FERREIRA SANTOS

Escola de Saúde Pública da Bahia da SESAB

ESTAGIÁRIAS

ANA CARININA DE SOUZA GÓES

Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

EMMILLY REIS CRUZ

Universidade do Estado da Bahia

TAÍSE DO NASCIMENTO OLIVEIRA

Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

THAÍS CAROLINE LULA SANTANA

Universidade do Estado da Bahia

Apresentação

Conferências de Saúde são instâncias colegiadas que, sem prejuízo das funções das instâncias de governo, têm a representação dos vários segmentos sociais, se configurando como espaços significativos de engajamento político da comunidade em prol do direito à saúde individual e coletiva. Reconhecidas por sua importância no fortalecimento do processo democrático de participação social na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), elaboram diretrizes para políticas públicas de saúde que atendam às necessidades e aspirações da população.

Nessa seara, destacam-se as conferências da gestão do trabalho e educação na saúde, um importante espaço de discussão, aprofundamento e reflexão de temas relevantes para o fortalecimento do SUS. Nesses espaços, com a participação popular, constroem-se proposições de políticas de gestão do trabalho e da educação na saúde para os diversos segmentos do SUS.

No estado da Bahia, a 1ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde foi realizada em 12 e 13 de dezembro de 2005, com o tema “Trabalhadores de saúde e a saúde de todos os brasileiros: práticas de trabalho, de gestão, de formação e de participação”, quando discutiu-se em seus eixos temáticos: gestão e financiamento do trabalho, educação na saúde e controle social.

Agora, em 2024, o estado realizará, no período de 6 a 8 de agosto, a **2ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde** com o tema central “Democracia, trabalho e educação na saúde para o desenvolvimento: gente que faz o SUS acontecer”, convocada pelo Conselho Estadual de Saúde, conforme Portaria 1.314/2023 de 04 de dezembro de 2023 e aprovada pela Resolução CES nº33, 05 de dezembro de 2023. De acordo com essa Resolução, as etapas municipais devem acontecer no âmbito dos municípios - como conferência ou plenárias, devendo ser realizadas nos meses de abril, maio e junho do corrente ano.

Assim, a **2ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde** consolida-se como etapa estadual da 4ª Conferência Nacional e Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, convocada pelo Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução 724 de 9 de novembro de 2023, prevista para os dias 10 a 13 de dezembro de 2024, em Brasília.

Nesse contexto, é com grande satisfação que apresentamos o "Documento Orientador de Apoio aos Debates" da **2ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**. Este documento busca nortear os debates nas etapas municipais e estadual, sem perder de vista o respeito aos espaços democráticos de diálogo e reflexão, onde usuários, trabalhador e trabalhadora de saúde, gestores e demais atores sociais construirão diretrizes e propostas capazes de redirecionar políticas voltadas para o fortalecimento da gestão do trabalho e educação na saúde, de forma eficaz e sustentável.

Com esse propósito, este documento foi embasado, primordialmente, nos três eixos apresentados pelo Documento da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: I - Democracia, controle social e o desafio da equidade na gestão participativa do trabalho e da educação em saúde; II - Trabalho digno, decente, seguro, humanizado, equânime e democrático no SUS: uma agenda estratégica para o futuro do Brasil; III - Educação para o desenvolvimento do trabalho na produção da saúde e no cuidado das pessoas que fazem o sus acontecer: a saúde da democracia para a democracia da saúde.

A fim de enriquecer as discussões que antecedem a formulação de diretrizes e propostas, a partir de um debate equânime, foram construídos textos de apoio relacionados com cada eixo temático. Em seguida, com o propósito de ativar os debates, são apresentadas perguntas norteadoras, construídas a partir dos temas emergentes dos subeixos.

Ainda com o propósito de estimular a participação ativa das pessoas envolvidas, enriquecer o diálogo e possibilitar uma análise mais abrangente dos eixos temáticos, foi realizado um processo de levantamento e sistematização de problemas e propostas a partir de documentos institucionais da gestão estadual, construídos de forma coletiva e democrática. Esses documentos, oriundos de espaços de gestão, de planejamento governamental e de participação e controle social na saúde, apresentam em sua composição os problemas e propostas apontados pelos territórios, a saber: Relatórios das Oficinas de Análise de Capacidade Instalada do Planejamento Regional Integrado - PRI (sistematizados pela Superintendência Estadual do Ministério da Saúde), Plano Plurianual - PPA, Programa de Governo Participativo - Programa de Governo Participativo, Relatório da 11ª Conferência Estadual de Saúde da Bahia, Relatório da Conferência Livre de GTES da Bahia, Relatório das principais necessidades e ações

estratégicas emergenciais da Escola de Saúde Pública da Bahia/Superintendência de Recursos Humanos e Matriz de análise da situação da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.¹

Ao total foram identificados 520 problemas, os quais foram sistematizados em uma matriz; a análise e categorização ocorreu de acordo com o Guia de Planejamento da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no âmbito Estadual e Municipal do Sistema Único de Saúde. Para o agrupamento dos problemas levou-se em consideração as seguintes dimensões: Gestão do Trabalho e Gestão da Educação na Saúde, consolidando-se, respectivamente, 45 e 29 problemas. Ademais, além dos problemas identificados foram coletadas 53 propostas com o objetivo de reorientar políticas para que a gestão do trabalho e educação na saúde seja fortalecida.

Finalizando, agradecemos a participação e o engajamento de todas as pessoas envolvidas na construção deste importante momento democrático, desejando uma ótima Conferência!

Salvador, 03 de abril de 2024.

¹ As propostas sistematizadas a partir dos documentos institucionais e advindos dos espaços de participação social foram incluídas nos subeixos, com as respectivas fontes, conforme sua aderência ao subtema.

SUMÁRIO

EIXO I - DEMOCRACIA, CONTROLE SOCIAL E O DESAFIO DA EQUIDADE NA GESTÃO PARTICIPATIVA DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

Subeixo 1.1 - Por um projeto nacional de desenvolvimento participativo para a conquista de um Estado para o “bem viver”

Subeixo 1.2 - Fortalecimento da democracia e promoção da equidade em saúde: desafios da gestão participativa

Subeixo 1.3 - Democratização das relações de trabalho em saúde: fortalecer a gestão participativa

Subeixo 1.4 - Educação em saúde como experiência transformadora das relações de trabalho e da gestão participativa

EIXO II - TRABALHO DIGNO, DECENTE, SEGURO, HUMANIZADO, EQUÂNIME E DEMOCRÁTICO NO SUS: UMA AGENDA ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DO BRASIL

Subeixo 2.1 - Democratização e humanização das relações de trabalho na saúde tendo a negociação coletiva como estratégia permanente

Subeixo 2.2 - Planejamento e dimensionamento da força de trabalho para alcance do acesso universal à saúde, considerando a agenda do desenvolvimento sustentável

Subeixo 2.3 - Promoção da atenção integral à saúde e segurança da trabalhadora e do trabalhador da saúde no âmbito do SUS

Subeixo 2.4 - Enfrentamento da precarização do trabalho na saúde em tempos de globalização, reestruturação produtiva, plataformização e da 4ª Revolução Industrial e os impactos tecnológicos na saúde

Subeixo 2.5 - Regulação da formação, do exercício profissional e das relações de trabalho na saúde

Subeixo 2.6 - Garantia do futuro do trabalho na saúde com carreira de Estado no SUS

EIXO III - EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DA SAÚDE E DO CUIDADO DAS PESSOAS QUE FAZEM O SUS ACONTECER: A SAÚDE DA DEMOCRACIA PARA A DEMOCRACIA DA SAÚDE

Subeixo 3.1 - Educação permanente em saúde como política de desenvolvimento do trabalho no SUS

Subeixo 3.2 - Integração da formação técnica, tecnológica e profissional com os sistemas locais de saúde, constituindo o SUS como uma escola

Subeixo 3.3 - Fomento a capacidades pedagógicas para trabalhadoras e trabalhadores do SUS voltados para o ensino, pesquisa, cooperação comunitária e o trabalho

Subeixo 3.4 - Educação popular em saúde para o fortalecimento do SUS

Subeixo 3.5 - Reconhecimento da participação em atividades de educação permanente em saúde como critérios de avaliação das carreiras na saúde

Subeixo 3.6 - Mobilização estudantil para fortalecimento da integração ensino, serviço, sociedade e gestão do SUS

Subeixo 3.7 - Residências em saúde como produção de aprendizagens experienciadas no trabalho, a partir da articulação com o cotidiano de vida, trabalho e coletividade de pessoas nos territórios para, no e com o SUS

Subeixo 3.8 - Mestrado e doutorado em saúde como ferramenta de proposição concreta de mudança das práticas, processos e organização da formação e do trabalho

Subeixo 3.9 Não aos cursos da saúde na modalidade de Educação a Distância (EaD)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EIXO I - DEMOCRACIA, CONTROLE SOCIAL E O DESAFIO DA EQUIDADE NA GESTÃO PARTICIPATIVA DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

*Democracia que me engana
na gana que tenho dela
cigana ela se revela, aiê;
democracia que anda nua
atua quando me ouso
amua quando repouso.*

*É o demo o demo a demó
é a democracia
é o demo o demo a demó
é a democracia.*

*Democracia, me abraça
com tua graça me atira
desfaz essa covardia, aiê;
democracia não me fere
mira aqui no meio
atira no meu receio.*

Composição: Tom Zé / Vicente Barreto.

O Sistema Único de Saúde (SUS), incorporado à Constituição Federal de 1988 e regulamentado através das Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, tem a participação social como um dos seus princípios organizativos. Esse princípio permite a ampliação da participação de diversos atores sociais e políticos na tomada de decisões e no monitoramento das políticas de saúde. Por isso, o controle social tem um papel fundamental na promoção de melhores condições de vida e saúde, na construção da cidadania e na melhoria das condições de trabalho.

O SUS tem se desenvolvido em meio a uma tensão constante entre abordagens estatizantes e privatizantes e, para evitar retrocessos nos avanços arduamente conquistados, é

necessária uma vigilância constante dos cidadãos. Como exemplo dos impactos gerados, há uma progressiva substituição da mão-de-obra por tecnologias que geram o aumento do subemprego, do desemprego e da precarização. Para resistir a este processo, é necessário investir em ações que buscam garantir a ampla participação política da população.

A criação e funcionamento dos conselhos de saúde, assim como a realização periódica de conferências de saúde são ferramentas de mobilização do controle social. Nesse sentido, a 2ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (CEGTES), do estado da Bahia, tem o propósito de reafirmar que o controle social do SUS é essencial para a democracia participativa e de debater mudanças pertinentes ao tema.

A formação em saúde, a educação permanente de profissionais e a educação popular em saúde têm sido temas centrais da construção do SUS. Apesar dos avanços alcançados no exercício do controle social, ainda há um longo caminho a percorrer em relação à valorização e respeito à diversidade, buscando garantir ambientes seguros e relações de trabalho baseadas no diálogo, transparência e ética.

Para isso, é necessária a implementação efetiva de medidas que fortaleçam a equidade, valorizem os profissionais de saúde e a gestão democrática das relações de trabalho e enfatizem a educação na saúde como meio de transformação do trabalho no SUS. Além disso, é essencial promover a integração do ensino-serviço-comunidade com o controle social, buscando uma abordagem mais integral e participativa no cuidado e na gestão da saúde pública.

Dessa forma, a 2ª CEGTES constitui-se de um espaço importante para discutir problemas existentes e propor melhorias nas práticas de promoção da equidade em saúde bem como a democratização das relações de trabalho. Esse processo envolve diversos aspectos técnicos, políticos e econômicos, e busca facilitar a comunicação entre gestão e classe trabalhadora, visando a melhoria das condições e relações de trabalho, bem como a qualidade dos serviços de saúde.

Assim, faz-se necessário identificar e formular propostas e estratégias que fortaleçam os espaços de gestão participativa, buscando superar os desafios existentes. Nesse contexto, é essencial propor iniciativas que assegurem condições adequadas de trabalho e remuneração, equilíbrio e paridade de gênero e raça nos espaços de trabalho e a valorização da educação popular em saúde.

Logo, a construção de um sistema democrático e equânime nos espaços de trabalho do SUS deve abranger mudanças estruturais na formação em saúde, educação permanente e expansão da educação popular. É essencial valorizar o conhecimento científico e popular, consolidando a participação social no SUS, alinhada a um projeto de desenvolvimento que supere as desigualdades e garanta a equidade no trabalho e na educação em saúde.

Ementa: A participação social é um dos princípios finalísticos do SUS e é imprescindível para a consolidação da democracia e promoção da equidade na saúde. Nesse sentido, é fundamental estimular estratégias que fortaleçam o controle social e a gestão participativa, assim como reconheçam o protagonismo dos territórios e populações dos diversos municípios e Estados brasileiros. O caminho proposto passa necessariamente pela implementação de ações que, de fato, fortaleçam a equidade e a valorização das trabalhadoras e trabalhadores da saúde, a gestão democrática das relações de trabalho, a afirmação da educação em saúde como experiência transformadora das relações de trabalho no SUS e a integração ensino-serviço-comunidade com o controle social.

Subeixo 1.1 - Por um projeto nacional de desenvolvimento participativo para a conquista de um Estado para o “bem viver”

Pergunta ativadora do debate: Que desafios estão presentes na arena da luta social por trabalho digno e decente no SUS em tempos de financeirização das políticas sociais e precarização do trabalho, e como superá-los?

Subeixo 1.2 - Fortalecimento da democracia e promoção da equidade em saúde: desafios da gestão participativa

Pergunta ativadora do debate: Como promover equidade no que se refere à composição e às discussões dos conselhos, conferências de saúde e outros espaços de gestão participativa do SUS?

Propostas anteriores	Fonte
Garantir a inclusão de uma vaga permanente do Fórum dos Presidentes de Conselho Distrital de Saúde Indígena (FPCONDISI) no Conselho Nacional de Saúde (CNS), com o objetivo de fortalecer a articulação do FPCONDISI no CNS.	11ª CONFERES Bahia
Implantar indicadores que possam medir o nível de participação da população na política de saúde, além de dar um retorno efetivo quanto às demandas e sugestões da comunidade, buscando soluções e respostas satisfatórias para as cobranças da população, estabelecendo um diálogo construtivo nas esferas públicas, visando a melhoria contínua da política de saúde do município.	11ª CONFERES Bahia
Garantir equilíbrio e paridade de gênero e raça na composição dos quadros técnicos e cargos de gestão da Secretaria Da Saúde.	11ª CONFERES Bahia
Implementar fortalecimento de ações de educação permanente dos profissionais de toda a rede de saúde na perspectiva do combate ao racismo institucional e ao atendimento humanizado, respeitando as especificidades do cuidado à saúde quilombola de suas formas de viver e habitar o território ancestral e a medicina quilombola.	11ª CONFERES Bahia

Subeixo 1.3 - Democratização das relações de trabalho em saúde: fortalecer a gestão participativa

Pergunta ativadora do debate: Quais as ações necessárias para garantir a instalação de mesas de negociação, comitês de equidade e demais espaços de gestão participativa no campo da saúde?

Subeixo 1.4 - Educação em saúde como experiência transformadora das relações de trabalho e da gestão participativa

Pergunta ativadora do debate: O que fazer para ampliar a participação social nos debates sobre educação e trabalho em saúde com qualidade, diversidade e pluralidade?

Propostas de conferências anteriores	Fonte
Desenvolver ações de educação e comunicação em saúde para fortalecer o controle social, estimulando, capacitando, ampliando e informando a importância da contribuição da sociedade nos espaços de comunicação e gestão participativa (conselhos de saúde, ouvidorias, audiências, associações, movimentos, lideranças sociais na comunidade, comitês, e outros meios de participação), com vistas a acompanhar e fiscalizar as ações de governo, com base nos princípios e diretrizes do SUS, a fim de garantir atenção efetiva à saúde de toda a população.	11ª CONFERES Bahia

EIXO II - TRABALHO DIGNO, DECENTE, SEGURO, HUMANIZADO, EQUÂNIME E DEMOCRÁTICO NO SUS: UMA AGENDA ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DA BAHIA E DO BRASIL

*Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Era quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar*

*Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz, desconfiado
Tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar?*

*Meu domingo tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer*

Composição: Lucio Barbosa.

As mudanças do mundo do trabalho vivenciadas na atualidade vêm avançando na direção da desconstrução de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Na saúde, os problemas enfrentados no âmbito das relações, vínculos, processos e condições de trabalho têm impactado na implantação de medidas de proteção, segurança, humanização do trabalho e do trabalhador.

Dentre os principais problemas e desafios enfrentados tanto no âmbito nacional quanto estadual, pode-se destacar: as múltiplas formas de gestão dos serviços públicos (PPP, OS, OSIP, Fundações), com a redução do número e postos de trabalho ocupados por trabalhadores/as efetivos; a manutenção e implantação de novos arcabouços jurídicos favoráveis a ampliação das terceirizações e precarização dos serviços; a multiplicidade de vínculos, jornadas de trabalho e sobrecarga; enfraquecimento da classe trabalhadora e das ações coletivas; fragilização de políticas de proteção, segurança e humanização do trabalho e do trabalhador e o distanciamento da regulação do trabalho às necessidades epidemiológica dos territórios, com superposição da lógica do mercado.

Esse contexto de precarização, sobrecarga, desregulamentação, insegurança e instabilidade possui desdobramentos nas esferas econômica, jurídica, política e moral, e atinge trabalhadoras e trabalhadores da saúde e os grupos historicamente vulnerabilizados, especialmente, jovens, mulheres negras, imigrantes involuntários, pessoas com deficiência, povos indígenas.

É no bojo dessas questões que atingem trabalhadoras e trabalhadores, que surge a necessidade da promoção de oportunidades para obtenção de um trabalho digno, decente, seguro, humanizado, equânime e democrático como condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o conceito de trabalho digno e decente pressupõe o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, promoção da equidade em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado), além da promoção do emprego produtivo e de qualidade, a ampliação da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

É a partir desse compromisso, que a 2ª CEGTES se constitui como um espaço para fomentar a discussão e a formulação de propostas e diretrizes que visem promover o trabalho decente, digno, humanizado e democrático na Saúde no estado da Bahia, considerando as diferenças loco regionais e as diversas realidades sociais, políticas e administrativas que constituem o SUS/Bahia.

O espaço de debate e formulação de diretrizes e propostas instituído pela 2ª CEGTES convida a população, a classe trabalhadora e os gestores do SUS/Bahia a debaterem as estratégias e os dispositivos que promovam a democratização e humanização das relações de trabalho na saúde com a instituição de espaços de negociação coletiva; que defendam os direitos e necessidades da classe trabalhadora, a exemplo de sindicatos e associações, planejamento e dimensionamento da força de trabalho, atenção integral à saúde e segurança da trabalhadora e do trabalhador do SUS/Bahia; enfrentamento das situações de violência e assédio e a precarização do trabalho. Além disso, ainda é necessário debater a regulação da formação, do exercício das relações de trabalho na saúde e da garantia do futuro do trabalho na saúde com carreira de Estado no SUS.

Os esforços envidados na realização desta conferência e na elaboração de suas propostas devem ter como horizonte o direito de que todas e todos possam ter trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade de gênero, raça e etnia, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a garantia do direito à saúde e manutenção da democracia.

Ementa: O trabalho na saúde como um direito é estratégico para a consolidação do SUS. A 4ª CNGTES assume o desafio da articulação na construção de uma agenda estruturante para a conquista do trabalho digno, decente, seguro, humanizado, equânime e democrático na saúde.

Subeixo 2.1 - Democratização e humanização das relações de trabalho na saúde tendo a negociação coletiva como estratégia permanente

Pergunta ativadora do debate: Como construir processos de pactuação de caráter permanente, a exemplo da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (MNNP-SUS), que possibilitem a ampliação de direitos que respondam às demandas de relações de trabalho nos estados e municípios?

Propostas anteriores	Fonte
----------------------	-------

Aprimorar o Sistema Estadual de Negociação Permanente em Saúde, objetivando fortalecer o diálogo com as entidades representativas dos trabalhadores.	Programa de Governo Participativo
Implantar Política de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde por meio da pactuação das ações nos espaços regionais de articulação educação-trabalho, CIR, CIES, COAPES.	11ª CONFERES Bahia

Subeixo 2.2 - Planejamento e dimensionamento da força de trabalho para alcance do acesso universal à saúde, considerando a agenda do desenvolvimento sustentável

Pergunta ativadora do debate: Como avançar para assegurar o acesso universal da população a ações e serviços de saúde articulados a uma agenda de valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde?

Propostas anteriores	Fonte
Fortalecer a rede de atenção psicossocial dos municípios com aumento de recursos (humanos e insumos básicos), bem como ampliar o estímulo à capacitação profissional para o atendimento de demandas específicas da população. Implantar Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) regionais, garantindo a descentralização do acesso e assistência aos usuários na rede de atenção à saúde, bem como revitalização dos CAPS já existentes em todas as regiões de saúde da Bahia com vistas ao melhor acolhimento, cuidado e assistência aos usuários em todos os contextos, inclusive pós-pandemia.	11ª CONFERES Bahia
Ampliar e fortalecer o programa Mais Médicos, para suprir as demandas de atendimento das unidades de saúde, bem como implantar o programa a nível hospitalar.	11ª CONFERES Bahia
Apoiar os municípios e regiões do estado na implantação de políticas de gestão do trabalho, com enfoque no provimento e	Programa de Governo Participativo

fixação de profissionais de saúde de forma regionalizada, em especial dos trabalhadores médicos.	
Ampliar o número de equipes e a força de trabalho (ex: motoristas, auxiliar de serviços gerais) na saúde indígena, com regulamentação da carreira do Agente Indígena de Saúde (AIS) e a garantia de condições de trabalho e estrutura adequada para uma maior resolutividade da APS nos territórios indígenas da Bahia.	11ª CONFERES Bahia

Subeixo 2.3 - Promoção da atenção integral à saúde e segurança da trabalhadora e do trabalhador da saúde no âmbito do SUS

Pergunta ativadora do debate: Quais os desafios para implementação de políticas e ações de saúde e segurança da trabalhadora e do trabalhador que impulsionam a qualificação das condições e relações de trabalho na saúde?

Propostas anteriores	Fonte
Ampliar o financiamento da rede de atenção psicossocial assegurando o custeio, a implantação dos serviços de saúde mental e a contratação de especialistas específicos para atender e dar suporte aos trabalhadores das instituições de saúde.	11ª CONFERES Bahia
Aumentar e fortalecer a rede de atenção e vigilância à saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde com garantia de financiamento adequado e suficiente, instituindo mecanismos de avaliação das condições de saúde.	11ª CONFERES Bahia
Implementar e fortalecer a Política Nacional e Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, através do empenho e compromisso dos Conselhos de Saúde na criação das Comissões de Proteção à Saúde dos mesmos, de todas as áreas, diligenciando a valorização profissional, garantindo ações de Vigilância à Saúde, ampliação de recursos para viabilizar contratação de novos trabalhadores, salários dignos, plano de cargos e carreiras, concursos públicos e desprecarização de vínculos, a fim de assegurar o direito à saúde e condições adequadas de trabalho	11ª CONFERES Bahia

Implementar ações de saúde do trabalhador nas redes de atenção à saúde, na perspectiva de sensibilizar o profissional de saúde para o trabalho, como determinantes do processo saúde e doença, assim como qualificar o registro dos campos “ocupação” e “Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE” nos Sistemas de Informações em Saúde.	11ª CONFERES Bahia
Implementar e fortalecer a Política Nacional e Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, através do empenho e compromisso dos Conselhos de Saúde na criação das Comissões de Proteção à Saúde dos mesmos, de todas as áreas, diligenciando a valorização profissional, garantindo ações de Vigilância à Saúde, ampliação de recursos para viabilizar contratação de novos trabalhadores, salários dignos, plano de cargos e carreiras, concursos públicos e desprecarização de vínculos, a fim de assegurar o direito à saúde e condições adequadas de trabalho. Aumentar e fortalecer a Rede de Atenção e Vigilância à Saúde das Trabalhadoras e dos Trabalhadores da saúde com garantia de financiamento adequado e suficiente, instituindo mecanismos de avaliação das condições de saúde.	11ª CONFERES Bahia

Subeixo 2.4 - Enfrentamento da precarização do trabalho na saúde em tempos de globalização, reestruturação produtiva, plataformização e da 4ª Revolução Industrial e os impactos tecnológicos na saúde

Pergunta ativadora do debate: Como ampliar a mobilização e o engajamento de novos sujeitos políticos na luta e na construção de propostas contra os modelos privatistas na saúde?

Propostas anteriores	Fonte
Realizar concurso público com regime jurídico único, ampliando a força de trabalho nas redes de atenção e vigilância da saúde, para todas as especialidades necessárias, compondo as equipes pactuadas, CIB E CIT, para enfrentar a precarização do trabalho.	11ª CONFERES Bahia

Garantir o provento de insalubridade para os profissionais de saúde de acordo a norma regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), fiscalizando o vínculo trabalhista e priorizando o provimento profissional como pauta de debates e buscas de soluções para as diferentes realidades de países.	11ª CONFERES Bahia
Garantir um plano de governo, a curto e médio prazo, de forma a extinguir as terceirizações e privatizações e outras modalidades de gestão no SUS, com a realização de concurso público para a saúde estadual, com regime jurídico único, ampliando a força de trabalhado nas redes de atenção e vigilância da saúde, para todas as especialidades necessárias, compondo as equipes pactuadas, CIB e CIT, para enfrentar a precarização do trabalho.	11ª CONFERES Bahia

Subeixo 2.5 - Regulação da formação, do exercício profissional e das relações de trabalho na saúde

Pergunta ativadora do debate: Quais diretrizes devem incidir na formulação da política nacional de regulação da formação, do exercício profissional e das relações de trabalho na saúde para contribuir com a qualificação da atenção, vigilância, gestão e ampliação do acesso à saúde de forma articulada aos territórios?

Subeixo 2.6 - Garantia do futuro do trabalho na saúde com carreira de Estado no SUS

Pergunta ativadora do debate: Quais as propostas para tornar realidade a política nacional de carreira única do SUS?

Propostas anteriores	Fonte
----------------------	-------

Fortalecer o Sistema Nacional de Auditoria, com prioridade para os componentes municipais; ênfase na criação da carreira de auditor do SUS, no nível federal.	11ª CONFERES Bahia
Implementação da carreira no SUS visando a desprecarização dos vínculos, por meio de concurso público.	11ª CONFERES Bahia
Garantir o fortalecimento da vigilância em saúde em todas as regiões de saúde do estado, mediante: integração da vigilância em saúde com as redes de atenção (básica e especializada); apoio institucional, técnico e financeiro aos municípios; equipes técnicas exclusivas para cada vigilância, admitidas por meio de concurso público, nas instâncias do estado e municípios, com planos de cargos, carreiras, vencimentos e qualificação adequadas, com redução da terceirização e vínculos precários na administração pública.	11ª CONFERES Bahia
Promover a ampliação de editais de concursos públicos para profissionais de saúde, principalmente Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE).	11ª CONFERES Bahia
Realizar concurso público de profissionais para atuar na vigilância em saúde e atenção básica considerando tratar-se de função essencial de Estado/SUS, criando uma política de qualificação permanente, condicionada à valorização, à formação e atualização dos planos de cargos e salários dos profissionais de carreira da vigilância em saúde/atenção primária em saúde em todos os territórios.	11ª CONFERES Bahia
Implementar carreira no SUS visando a desprecarização dos vínculos, por meio de concurso público.	11ª CONFERES Bahia
Formular plano de cargos e carreiras nacionais e regionais para os trabalhadores do SUS, revendo aspectos relacionados à valorização, provimento, vínculos, remuneração, jornada, carga horária e condições de trabalho.	11ª CONFERES Bahia

<p>Apoiar iniciativas Inter federadas, como consórcios e fundações estatais, como soluções para implantação de carreiras e políticas de gestão do trabalho no SUS, em âmbito interestadual, estadual, regional e/ou municipal.</p>	<p>Política Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do SUS-Ba (PEGTES)</p>
<p>Realizar concurso público com regime jurídico único, ampliando a força de trabalho nas redes de atenção e vigilância da saúde, para todas as especialidades necessárias, compondo as equipes pactuadas, CIB e CIT, para enfrentar a precarização do trabalho.</p>	<p>11º CONFERS AD</p>

EIXO III - EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DA SAÚDE E DO CUIDADO DAS PESSOAS QUE FAZEM O SUS ACONTECER: A SAÚDE DA DEMOCRACIA PARA A DEMOCRACIA DA SAÚDE

Acreditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver a nossa opção. Encará-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos

(Paulo Freire)

Historicamente, a área da educação em saúde tem assumido um papel estratégico no desenvolvimento e fortalecimento do SUS, por meio da formulação e implementação de políticas, programas e ações voltadas para orientar a formação e a qualificação dos trabalhadores de saúde do Brasil. Os avanços das políticas de educação em saúde apontam para a substituição de uma lógica vertical e sem diálogos com a realidade, passando a ser uma estratégia do SUS para a qualificação da força e dos processos de trabalho da área da saúde. Por meio da Educação Permanente em Saúde (EPS), não apenas a perspectiva da qualificação foi adotada, mas também a da valorização e reconhecimento das trabalhadoras e trabalhadores do SUS como sujeitos importantes na efetivação e resolutividade do SUS (Ceccim, 2005).

No bojo da educação em saúde, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, lançada em 2004, representou uma mudança na abordagem de aprendizado integrado ao ambiente de trabalho (Brasil, 2004), assumindo ao mesmo tempo o caráter de política e de prática de ensino aprendizagem. Nesse sentido, cabe lembrar que a EPS não é apenas um conceito, mas sim um processo contínuo de aprendizado, trocas e desenvolvimento profissional, permeando a rotina dos profissionais da saúde em seu contexto de trabalho (Ceccim, 2005). Ela visa integrar o trabalho e o estudo, refletindo, analisando e problematizando as atividades realizadas, enquanto busca modificar e melhorar a assistência prestada nos serviços de saúde.

Apesar dos avanços no campo da saúde, a área da educação ainda enfrenta importantes desafios tanto no âmbito nacional quanto estadual, a exemplo da falta de investimentos e dificuldades na execução de recursos financeiros nas ações de ordenamento da formação em saúde (técnica e superior); dificuldades na regionalização dos processos formativos; enfraquecimento das instâncias gestoras da Educação na saúde; insuficiência de normatizações para a operacionalização das práticas de ensino em serviço e estágio e fragilidade na integração entre ensino, serviço e comunidade. Além disso, ainda se constata dificuldade na integração dos currículos e na formação por competências para atuar no SUS/BA, ausência de formação técnica nas escolas do SUS, existência de vazios de formação de especialistas no estado da Bahia e fragilidade nas ações de monitoramentos e avaliação das ações educativas.

Estes problemas têm repercussões significativas que podem comprometer a qualidade da formação de trabalhadoras e trabalhadores de saúde e acarretar desdobramentos na qualidade do serviço ofertado à população.

Nesse sentido, a 2ª CEGTES se constitui enquanto um espaço para o fortalecimento político da área da educação em saúde e para a reafirmação desta área na preservação da democracia, com participação ativa dos usuários, gestores e trabalhadores promovendo debates e discussões que desencadearão ações que reafirmam o papel do SUS enquanto ordenador da formação em saúde.

O espaço de debate criado pela realização da 2ª CEGTES convida a todas, todos e todes a debaterem sobre a educação em saúde, considerando as especificidades locais e apontarem propostas e diretrizes que respondam aos problemas vivenciados de modo a contribuir com a melhoria dos processos, da organização e da oferta dos serviços, ao tempo em que reafirma a articulação do trabalho e da educação em saúde para fortalecimento das políticas de saúde e efetivação dos princípios do SUS.

Ementa: A educação e a democracia para a produção da saúde impulsionam a consolidação dos princípios e diretrizes do SUS e o desenvolvimento do trabalho das pessoas que fazem o SUS acontecer. Portanto, tomam-se como elementos disparadores para construção de diretrizes, programas e políticas que impulsionam mudanças e avanços nas políticas de formação e educação permanente.

Subeixo 3.1 Educação permanente em saúde como política de desenvolvimento do trabalho no SUS

Pergunta ativadora do debate: Como assegurar o efetivo apoio técnico e financeiro para o fortalecimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) nas três esferas de gestão do SUS?

Propostas de conferências anteriores	Fonte
<p>Atualizar e publicar a Política Estadual de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), assegurando o financiamento de forma descentralizada e equitativa, para a operacionalização regionalizada. promovendo atualizações à todos os trabalhadores do SUS, abrangendo todas as áreas (atenção básica, especializada, urgência e emergência, manejo de pacientes psiquiátricos, cuidados paliativos, vigilância em saúde, assistência em casos de violência, combate ao racismo institucional, redes de saúde de atenção à saúde como a rede cegonha, práticas integrativas e complementares, cuidado humanizado, relações interpessoais, adequação da linguagem, língua brasileira de sinais) respeitando as especificidades e prioridades do território, bem como promover a qualificação dos profissionais da saúde com a educação continuada.</p>	<p>11° CONFERES Bahia</p>
<p>Garantir financiamento de projetos que visem a capacitação de profissionais da saúde para abordagem, acolhimento, assistência e acompanhamento aos pacientes com necessidades especiais (psicológicas e motoras), bem como pessoas em situação de vulnerabilidade social (população negra, pessoas LGBTQQICAAPF2K+, usuários de psicoativos, vítimas de violência doméstica).</p>	<p>11ª CONFERES Bahia</p>

<p>Executar o Plano de Educação Permanente focando na humanização e no melhor atendimento da equipe de saúde nas temáticas como Tuberculose, DANT (Doenças Agudas Não Transmissíveis), Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST, Racismo Institucional, Hanseníase e Saúde Mental, dentre outras.</p>	<p>Programa de Governo Participativo</p>
<p>Pautar o tema “controle social” nas atividades de educação permanente voltada aos trabalhadores da saúde, com vistas a informar de forma qualificada a população sobre os espaços de participação social, incluindo a qualificação na comunicação e repasse de informações à comunidade sobre serviços e programas de saúde existentes.</p>	<p>11º CONFERES Bahia</p>
<p>Fortalecer Política de formação / educação permanente e popular em ouvidoria SUS, através de uma articulação intersetorial que contemple os diversos grupos sociais (mulher - negros - idoso - juventude - comunidades tradicionais e povos originários - LGBTQQICAAPF2K+- pessoas com deficiências).</p>	<p>11ª CONFERES Bahia</p>
<p>Fortalecer e ampliar as redes de integração do profissional no campo do trabalho com investimento para Educação Permanente em Saúde (EPS) considerando a regionalização de ações de eps e a interprofissionalidade.</p>	<p>11ª CONFERES Bahia</p>
<p>Fortalecer as ações de educação permanente voltadas à saúde materno infantil, com ênfase na humanização e no combate à violência obstétrica em caráter antirracista.</p>	<p>11ª CONFERES Bahia</p>
<p>Fortalecer a Política de Educação Permanente em Saúde no estado por meio do financiamento contínuo e permanente, direcionado às escolas de governo e outras instituições públicas.</p>	<p>Conferência Livre de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (CLGTES)</p>

Subeixo 3.2 Integração da formação técnica, tecnológica e profissional com os sistemas locais de saúde, constituindo o SUS como uma escola

Pergunta ativadora do debate: Como potencializar a integração entre a educação e a saúde em todas as instâncias federativas, incluindo a participação e o controle social?

Propostas de conferências anteriores	Fonte
Garantir que as Secretarias Municipais de saúde que possuam populações indígenas em seus territórios ou em região adjacente, promovam a qualificação profissional de todos os trabalhadores e gestores do SUS para atuar em contexto intercultural no contexto dos povos indígenas.	11ª CONFERES Bahia
Realizar formações de agentes populares de saúde quilombola que sejam de dentro das comunidades quilombolas para atuarem em urgências e emergências de saúde nos territórios quilombolas, incluindo formação e fornecimento de material para primeiros socorros e valorização dos saberes tradicionais e ancestrais da medicina quilombola.	11ª CONFERES Bahia
Garantir a valorização e o respeito à medicina tradicional indígena na formação e nos serviços de saúde, incluindo o registro dos atendimentos dos cuidadores tradicionais nos sistemas de informações.	11ª CONFERES Bahia
Ampliar a parceria, inclusive quanto à dimensão técnico-pedagógica, com todas as Escolas Família Agrícola e demais escolas comunitárias para garantia da educação do campo e de povos e comunidades tradicionais.	Programa de Governo Participativo
Instituir e fortalecer mecanismos que garantam o cumprimento da atribuição constitucional de ordenamento da formação, tais como: sistemas de informação (a exemplo do SIMAPES), planejamento, monitoramento e avaliação, bem como o financiamento das ações	Conferência Livre de Gestão do Trabalho e

de gestão do trabalho e educação na saúde de forma democrática considerando as necessidades de saúde da população.	Educação na Saúde (CLGTES)
--	----------------------------

Subeixo 3.3 Fomento a capacidades pedagógicas para trabalhadoras e trabalhadores do SUS voltados para o ensino, pesquisa, cooperação comunitária e o trabalho

Pergunta ativadora do debate: Como implementar o planejamento para a integração ensino-serviço-comunidade voltados à qualificação e reconhecimento do SUS como espaço de aprendizagem?

Propostas de conferências anteriores	Fonte
Ampliar as oportunidades de qualificação dos trabalhadores do SUS, com oferta regular de processos formativos e educativos, de forma regional e a partir da necessidade de cada região de saúde.	11° CONFERES Bahia
Qualificar a comunicação sobre serviços e programas de saúde existentes para a população, de maneira clara e acessível, através da criação de rede de monitoramento de informações para o combate a propagação de falsas notícias, que interferem negativamente nas políticas públicas de controle da saúde, dificultando o trabalho das equipes na promoção, prevenção e recuperação da saúde, a fim de gerar mudança de comportamento e proporcionar transmissão de informações verídicas.	11ª CONFERES Bahia
Institucionalizar a parceria entre o governo Estadual/Municipal e Instituições de Ensino Superior nos estabelecimentos de saúde como cenário de prática fortalecendo a rede de saúde, fortalecendo os indicadores de saúde e desenvolvimento dos trabalhadores de saúde do território.	11° CONFERES Bahia

Retomar o Estágio de Vivências no SUS (EVSUS), incorporando nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos enquanto prática obrigatória da formação, garantindo financiamento.	11ª CONFERES Bahia
--	--------------------

Subeixo 3.4 Educação popular em saúde para o fortalecimento do SUS

Pergunta ativadora do debate: Quais estratégias podem contribuir para fortalecer práticas de educação popular nos territórios?

Propostas de conferências anteriores	Fonte
Implementar na Rede de Atenção à Saúde (RAS) a educação comunitária e treinamento do cuidador sobre cuidados paliativos: comunidades compassivas.	11ª CONFERES Bahia
Fortalecer a Política Nacional De Educação Popular em Saúde, a fim de fomentar estratégias de educação em saúde incluindo o tema da participação popular nas políticas, e ainda, capacitar lideranças, visando formação de multiplicadores locais, garantindo conhecimento da população sobre seus direitos.	11ª CONFERES Bahia
Assegurar o direito à educação do campo e de povos e comunidades tradicionais com calendário flexível, respeito à pedagogia da alternância e políticas de assistência estudantil.	11ª CONFERES Bahia
Fortalecer as ações de integração ensino serviço e comunidade por meio da qualificação, acompanhamento destas estratégias e espaços (Mobilizaus, Edpopsus, Estágios de Vivência no SUS, CIES, COAPES E Agentes Populares De Saúde) resgatando os referenciais da educação popular em saúde no Estado da Bahia.	11ª CONFERES Bahia

Subeixo 3.5 Reconhecimento da participação em atividades de educação permanente em saúde como critérios de avaliação das carreiras na saúde

Pergunta ativadora do debate: Quais ações e estratégias podem contribuir para garantir o reconhecimento da participação em atividades de educação permanente em saúde como critérios de avaliação de carreira na saúde?

Subeixo 3.6 Mobilização estudantil para fortalecimento da integração ensino, serviço, sociedade e gestão do SUS

Pergunta ativadora do debate: Como contribuir para potencializar a mobilização estudantil com vias à ação como instrumento de fortalecimento de integração ensino, serviço, sociedade e gestão do SUS?

Propostas de conferências anteriores	Fonte
Ampliar o debate sobre saúde mental enquanto política pública intersetorial nos espaços de formação da juventude em todas as escolas.	11ª CONFERES Bahia

Subeixo 3.7 Residências em saúde como produção de aprendizagens experienciadas no trabalho, a partir da articulação com o cotidiano de vida, trabalho e coletividade de pessoas nos territórios para, no e com o SUS

Pergunta ativadora do debate: Como fortalecer as residências em saúde como estratégia de formação nos serviços, para resolutividade e fortalecimento do SUS?

Propostas de conferências anteriores	Fonte
Pactuação em CIR de campos de práticas para implantação de curso de medicina; Residência em Saúde da Família; e Policlínica (disponibilidade de especialistas no território).	11ª CONFERES Bahia
Qualificar a política estadual de formação e residência médica e multiprofissional, regionalizada, buscando garantir a formação de trabalhadores nas especialidades de interesse da sociedade,	11ª CONFERES Bahia

associado a uma política de fixação desta categoria e com a inserção nos hospitais públicos.	
Revogar a portaria do MEC Nº 2.117/19 a fim de garantir a formação em saúde (cursos presenciais de graduação e técnico de nível médio) voltados para o SUS, articulando instituições formadoras, instâncias gestoras e controle social.	11ª CONFERES Bahia
Instituir a Política Estadual de Residências em Saúde (PERES) garantindo o financiamento das residências e subsídio para cursos de especialização.	11ª CONFERES Bahia
Fortalecer os programas de residências multiprofissionais em: psiquiatria, neuropsiquiatria, fonoaudiologia etc., visando assegurar nos municípios a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde.	11ª CONFERES Bahia
Fortalecer o programa de residências em saúde para formação de profissionais para o SUS, promovendo a integração dos residentes com os trabalhadores dos serviços de saúde.	11ª CONFERES Bahia
Criar e ampliar as residências multiprofissionais e estágios de vivência na área de saúde mental com intuito de oportunizar qualificação profissional, além do fortalecimento das políticas de educação permanente e continuada para os trabalhadores da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS (incluindo municípios sem Centros de Atenção Psicossocial - CAPS) e buscar parcerias para incentivar a formação de trabalhadores da área de outras políticas públicas que atuam em interface com a saúde mental (segurança pública, assistência social entre outros).	11ª CONFERES Bahia
Garantir pontuação diferenciada para os profissionais de saúde com residência na área em editais de concursos públicos.	11ª CONFERES Bahia

Subeixo 3.8 Mestrado e doutorado em saúde como ferramenta de proposição concreta de mudança das práticas, processos e organização da formação e do trabalho

Pergunta ativadora do debate: Como assegurar que os programas de pós-graduação contribuam efetivamente para a educação permanente e inovações que fortaleçam o SUS?

Subeixo 3.9 Não aos cursos da saúde na modalidade de Educação a Distância (EaD)

Pergunta ativadora do debate: Quais ações podem ser propostas para fortalecer a defesa da presencialidade na formação em saúde e a integração dos cursos da área da saúde com os serviços e sistemas locais de saúde, como cenários de aprendizagem prática?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Portaria 1.314/2023, de 04 de dezembro de 2023. Convoca a 2ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Bahia. Diário Oficial do Estado. Bahia, 05 dez de 2023.
2. BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Resolução CES nº33, de 05 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a aprovação da realização da 2ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Bahia (CEGTES). Bahia, 05 dez de 2023.
3. BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Saúde da Bahia. Superintendência de Recursos Humanos da Saúde. Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde da Bahia. Salvador, 2019.
4. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 11 mar 2024.
5. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em 11 mar 2024.

6. BRASIL. Ministério da Saúde. 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: Documento Orientador. 1 ed. Brasil: Conselho Nacional de Saúde, 2024. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/4cngtes/Documento_orientador_4CNGTES.pdf. Acesso em 11 mar 2024.

7. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Portaria n. 198, de 13 de fevereiro de 2004. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/13150.html#:~:text=%5BArt.,de%20trabalhadores%20para%20o%20setor.>

8. BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 724, de 09 de novembro de 2023. Convoca a 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde (4ª CNGTES), cuja Etapa Nacional será realizada em Brasília, entre os dias 19 e 22 de novembro de 2024. Diário Oficial da União. Brasília, DF, ed. 241. Seção 1, p. 151. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes-cns/resolucoes-2023/3223-resolucao-n-724-de-09-de-novembro-de-2023>. Acesso em 12 mar 2024.